

economia

Dívida bruta do Brasil atinge 82,9% do PIB em agosto

Neste ano, avanço acumulado do indicador é de 4,2 pontos percentuais

/ CONJUNTURA

A dívida bruta do Brasil seguiu em alta e atingiu 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em agosto, o maior nível em cinco anos. No mês, houve elevação de 0,3 ponto percentual. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (30).

A dívida bruta -que compreende governo federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e governos estaduais e municipais- é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas do País.

A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar se a dívida do governo é sustentável. A trajetória da dívida bruta é hoje um dos focos de preocupação do mercado financeiro.

No terceiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a dívida bruta subiu mais de 11 pontos percentuais. Em dezembro de 2022, o indicador estava em 71,68% do PIB.

Neste ano, o avanço acumulado do indicador de endividamento é de 4,2 pontos percentuais. O crescimento do endividamento foi influenciado, sobretudo, pelos gastos com juros. Hoje, a taxa básica (Selic) está em dois dígitos, fixada em 13,75% ao ano, e vem tendo redução a conta-gotas.

O pico da série foi em dezembro de 2020 (87,6%), devido às



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL/JC

Trajetória da dívida bruta é hoje um dos focos de preocupação do mercado

medidas fiscais do início da pandemia de covid-19. No nível mais baixo, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, teve aumento de 0,1 ponto percentual no mês e chegou a 69,3% do PIB (saldo de R\$ 9,2 trilhões). No acumulado do ano, houve avanço de 4 pontos percentuais.

Ainda segundo dados do BC, o setor público consolidado brasileiro registrou déficit primário de R\$ 10 bilhões em agosto, após superávit de R\$ 1,361 bilhão em julho. Em agosto de 2025, o resultado foi deficitário em R\$ 17,255 bilhões.

O resultado foi o menor déficit para o mês desde 2021, quando houve superávit de R\$ 16,728 bilhões. Em agosto de 2026, o governo central (Tesouro Nacional, BC e INSS) teve déficit primário

de R\$ 14,687 bilhões, segundo a metodologia da autoridade monetária. Estados e municípios tiveram resultado positivo de R\$ 2,688 bilhões. As empresas estatais tiveram superávit de R\$ 1,987 bilhão.

Isoladamente, os Estados tiveram superávit de R\$ 2,135 bilhões, e os municípios registraram superávit de R\$ 553 milhões.

O setor público consolidado tem déficit primário de R\$ 88,847 bilhões no acumulado de janeiro a agosto de 2026, informou o Banco Central. O montante equivale a 0,99% do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado reflete um déficit primário de R\$ 97,087 bilhões nas contas do governo central, o equivalente a 1,08% do PIB, contra um superávit de R\$ 16,247 bilhões nos governos regionais (0,18% do PIB).

Investimentos em máquinas recuam 5,2%, afirma Abimaq

Os investimentos em máquinas e equipamentos no Brasil recuaram 5,2% em agosto frente ao mesmo mês de 2025, somando R\$ 33,15 bilhões, segundo dados da Abimaq, entidade que representa a indústria de bens de capital mecânicos. Na margem - na comparação de agosto com julho -, os investimentos caíram 4,2%, reforçando a leitura de que a demanda doméstica por bens de capital segue deprimida.

Os números refletem a combinação de queda na demanda por equipamentos produzidos localmente e avanço das compras externas. No acumulado de janeiro a agosto, a aquisição de máquinas e equipamentos (medida pelo consumo aparente) registra retração de 11,6% em relação ao mesmo período de 2025.

Pelo lado da indústria, a receita líquida total de vendas do setor foi de R\$ 22,93 bilhões em agosto, com recuo de 6,2% ante julho e queda de 15,5% em relação a agosto de 2025.

No acumulado de janeiro a agosto, a receita líquida total soma R\$ 177,6 bilhões, o que representa baixa de 13,2% ante igual intervalo do ano passado. A receita interna atingiu R\$ 16,84 bilhões em agosto, com queda de 9,7% na comparação mensal e retração de 16,4% na comparação interanual; no ano até agosto, a receita interna acumula baixa de 15,5%.

“O desaquecimento das vendas internas decorre dos efeitos defasados da política monetária restritiva sobre o crédito corporativo. As taxas de juros reais elevadas encarecem o financiamento de bens de capital, a expansão

fabril e o capital de giro, inibindo novos projetos de investimento industrial”, disse a Abimaq em nota.

No comércio exterior, as exportações de máquinas e equipamentos somaram US\$ 1,18 bilhão em agosto, alta de 4,6% sobre julho, mas com queda de 6,3% ante agosto de 2025. No acumulado de janeiro a agosto, as vendas externas crescem 6,2%, para US\$ 8,81 bilhões. Já as importações totalizaram US\$ 2,98 bilhões no mês (+1,1% ante julho e +16,7% em um ano) e atingiram US\$ 22,20 bilhões no acumulado do ano (+5,2%). O setor acumula déficit comercial de US\$ 13,39 bilhões entre janeiro e agosto.

A entidade destaca ainda o avanço estrutural das importações na composição do mercado doméstico.

No acumulado de janeiro a agosto, as máquinas importadas responderam por 47,6% do consumo aparente no País (45,3% um ano antes).

A China ampliou a liderança como principal fornecedora: as compras do país somaram US\$ 8,0 bilhões no ano até agosto, alta de 18,8%, com 36,0% de participação no total importado. Na sequência, aparecem os Estados Unidos (US\$ 3,24 bilhões; -2,7%) e a Alemanha (US\$ 2,57 bilhões; +1,0%).

O balanço mostra também ajustes no mercado de trabalho. O setor encerrou agosto com 403.294 pessoas ocupadas, recuo de 2,6% frente a julho e queda de 5,6% na comparação com agosto de 2025 - o equivalente ao fechamento de cerca de 24 mil postos em 12 meses, segundo a Abimaq.

Sem bets, ‘imposto do pecado’ arrecadará menos e exigirá compensação do governo

A proibição da exploração das apostas online (bets) no Brasil pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai reduzir a arrecadação total do Imposto Seletivo e criar um problema adicional para a implantação da reforma tributária a partir de 2027.

Diante da impossibilidade de cobrar o chamado “imposto do pecado” sobre as bets, as receitas que eram esperadas dessa fonte deverão ser redistribuídas para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), outro tributo criado pela reforma. Na prática, será necessário prever um aumento adicional na alíquota paga por todos os setores da economia -que, já se

sabe, será alta por causa da extensa lista de exceções aprovada pelo Congresso.

Além disso, a atividade dessas casas de apostas também estava sujeita à cobrança da própria CBS, e a perda dessa arrecadação também terá de ser compensada.

A possibilidade de uma CBS com alíquota ainda mais pesada tem reforçado a percepção de que a implementação da reforma tributária deveria ser adiada para permitir um freio de arrumação, segundo pessoas a par do tema ouvidas pela reportagem.

Ainda não há, porém, qualquer decisão nesse sentido. Eventual adiamento da implantação da

reforma tributária dependeria da aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) pelo Congresso até o fim do ano.

A receita bruta das casas de apostas, chamada de GGR (gross gaming revenue, em inglês), foi de R\$ 37 bilhões em 2025. Ela é calculada pelo total de apostas recebidas, menos os prêmios pagos aos apostadores.

Isso significa que cada 1% de alíquota representa uma arrecadação estimada de cerca de R\$ 300 milhões. Por essa lógica, uma cobrança hipotética de 10% geraria uma receita de R\$ 3 bilhões para o governo.

Procurado, o Ministério da

Fazenda disse que o impacto específico da decisão e demais informações “serão divulgados no momento apropriado”.

A necessidade de compensação existe porque a emenda constitucional da reforma prevê a manutenção da carga tributária global. No envio do PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2027, a equipe econômica estimou uma arrecadação de R\$ 677,9 bilhões com os novos tributos, sendo R\$ 636 bilhões da CBS e R\$ 41,9 bilhões do Imposto Seletivo (ainda considerando as bets). Embora tenha detalhado os valores, o governo manteve sigilo sobre as alíquotas estimadas.

O PLOA de 2027 previa R\$ 5,3 bilhões em receitas tributárias sobre os ganhos das casas de apostas e a taxa de fiscalização cobrada delas.

A cobrança dos dois tributos está prevista na reforma tributária para entrar em vigor a partir de 2027, mas o Palácio do Planalto ainda não bateu o martelo sobre os valores das alíquotas do Imposto Seletivo, que precisam ser aprovadas pelo Congresso e são essenciais para definir o tamanho da CBS. Se quiser que o Seletivo comece a ser cobrado em 1º de janeiro de 2027, o Executivo tem até sexta-feira para enviar uma MP com as regras e as alíquotas do imposto.